

# AduFRJ

1229 • 27 de maio de 2022 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj



REPRODUÇÃO INTERNET

## O RAIO DA BOMBA

O raio da bomba era trinta centímetros  
E o raio de seu alcance efetivo sete metros  
Contendo quatro mortos e onze feridos.  
E ao redor deles, num círculo maior  
De dor e tempo, estão espalhados dois hospitais  
E um cemitério. Mas a rapariga,  
Enterrada no lugar de onde veio,  
Há uns cem quilômetros daqui,  
Aumenta bem o círculo.  
E o homem solitário chorando essa morte  
Nas províncias de uma terra do Mediterrâneo,  
Inclui no círculo o mundo todo.  
E vou omitir o prantear de órfãos  
Que alcança o trono de Deus  
E vai além, e amplia o círculo  
Pro sem fim e pro sem Deus.

**Yehuda Amichai, poeta alemão,  
nascido em 1924 e traduzido  
por Millôr Fernandes**



## EDITORIAL

## CAR@ COLEGA

## DIRETORIA

“Margarida Maria Alves, uma das maiores líderes camponesas da história, dizia que “medo nós tem, mas não usa”, lembrou o deputado Marcelo Freixo, em debate organizado pela AdUFRJ, na última segunda-feira, no Fundão. Quinze horas depois, a menos de 10 quilômetros da Cidade

Universitária, policiais usaram o medo, a faca e o fuzil para espalhar o terror na comunidade da Vila Cruzeiro.

Vinte e três pessoas morreram, seis ficaram feridas e uma multidão de moradores chorou por mais um massacre em comunidades cariocas, dessa vez o segundo maior da história – o maior foi há um ano no Jacarezinho. Significa que sob o mando do governador Cláudio Castro, os policiais fluminenses protagonizaram as duas maiores chacinas do estado.

“O Rio não aguenta mais quatro anos com Cláudio Castro. O Brasil não aguenta mais quatro anos com Bolsonaro. Eles não têm só uma aliança. Isso é um projeto de sociedade miliciana. Esta é a eleição mais importante das nossas vidas. Se vamos ter eleição democrática daqui para frente, se vamos ter universidade com recurso, se vamos ter universidade que possa sonhar, tudo vai passar por esta eleição de 22”, ponderou Freixo, ao lado do presidente da Alerj, André Seciliano e da professora Tatiana Roque, ex-presidente da AdUFRJ.

Na próxima segunda-feira, dia 30, faremos outro debate sobre o futuro do Rio de Janeiro, com o deputado federal Alessandro Molon, professor da PUC-RJ. Será no auditório do bloco E do Centro de Tecnologia e oferecerá uma boa oportunidade para discutir o Rio que sonhamos para trocar o medo pela esperança. Car@ colega, 2022 pode ser o ano da esperança ou do início de um longo pesadelo. Na diretoria da AdUFRJ, estamos convencidos de que essa escolha depende muito de uma ação concreta, disciplinada e responsável de cada um e cada uma que tem compromisso com a democracia. No programa de nossa chapa, deixamos claro que iríamos apoiar um candidato à presidência que tivesse chances reais de vencer o ódio e o protofascismo do governo Bolsonaro. Hoje não há dúvidas de que esse candidato é o ex-presidente Lula. Foi com esse espírito que participamos na

## PARTE DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE VAI MIGRAR PARA O POLO DE BIOTECNOLOGIA

O Centro de Ciências da Saúde (CSS) prepara a mudança de parte de suas instalações. O destino será o Polo de Biotecnologia, antiga Bio-Rio, que atualmente faz parte do Parque Tecnológico. Proposta pela reitoria, a medida foi aprovada no Conselho do CCS, na segunda-feira (23), e deverá ser confirmada no Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), na próxima terça-feira (31).

Ainda não se sabe quais cursos ou laboratórios vão migrar. A decania organiza um Plano Diretor, para melhorias do centro, que já inclui a incorporação de parte do Polo.

As plantas do novo espaço serão analisadas “só depois que

tivermos qual a estrutura dos prédios, as áreas livres, quais são os espaços verdes que ainda existem lá, é que nós vamos poder estabelecer diretrizes e analisar como poder ser feita essa expansão”, explica o decano do CCS, professor Luiz Eurico Nasciutti.

A reitoria justificou a escolha do CCS para ocupar o novo espaço: além de ficar ao lado do polo, o CCS possui uma área proporcionalmente inferior à ocupada por outros centros, considerando o número de pesquisadores, professores, técnicos e alunos. É o maior da UFRJ. “O CCS tem carência de áreas. Ele tem uma ocupação ruim nas áreas que atualmente estão à sua disposição. Há ocupação



SILVANA SÁ

última quarta-feira de reunião para o lançamento do comitê da UFRJ de campanha por Lula. Foi um prazer encontrar diversas correntes políticas unidas pelo compromisso com a democracia. Eram muitas as matizes político-partidárias e ideológicas. Em comum, o brilho nos olhos de quem não se deixará intimidar pelo ódio. Na próxima semana, uma nova reunião na Praia Vermelha ajudará a organizar os passos para a luta em defesa da democracia, da universidade pública e contra a barbárie. É preciso que a campanha pela vida plena de direitos seja nosso norte para que ganhemos mais corpos, braços, corações e mentes na tarefa de eleger um presidente realmente comprometido com a democracia, o combate à fome, a Educação, a Ciência e Tecnologia ou, resumindo, com a melhoria geral das condições do povo brasileiro. E este candidato tem nome. Vamos eleger Lula Presidente do Brasil!

## BOAS NOVAS E ATENÇÃO

No campo jurídico, uma boa notícia para os professores da UFRJ que se aposentaram até junho de 2007. Após quase 18 anos de disputa judicial, a assessoria jurídica da AdUFRJ obteve os documentos para pagar valores atrasados da extinta Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Os interessados devem comparecer ao sindicato até o dia 15 para assinar uma procuração individual para a execução do pagamento.

dos subsolos, e essa ocupação gera problemas de insalubridade”, aponta o vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha. “Portanto, estamos encaminhando a redução desses problemas para maior saúde dos trabalhadores e alunos”.

O vice-reitor explicou que, nesta expansão, a administração central vai arcar com os gastos de segurança, limpeza e manutenção das edificações. Os recursos para reforma ou construção deverão vir do próprio Centro. “Nesse momento, o que estamos fazendo é entregando uma área”, afirma o dirigente.

A reitoria também vai ocupar uma parte do Polo com a Superintendência Geral de Comunicação Social, a Superin-

tendência de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador. A mudança é necessária pela falta de espaço para as estruturas da administração central. Uma situação que se tornou mais grave após os dois incêndios no prédio da reitoria, em 2016 e em 2021.

## HISTÓRICO

A Bio-Rio era uma fundação de apoio não credenciada na UFRJ, que alugava uma área dentro do campus. Seu convênio com a UFRJ expirou em 2018. Em fevereiro de 2019, o Polo passou a ser administrado pelo Parque Tecnológico. (Beatriz Coutinho)

## CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

## RIO DE JANEIRO

-  **MAPLE BEAR TIJUCA**
-  **MIT CUIDADORES**
-  **ACADEMIA TIJUCA FIT**
-  **MADONA CLINIC**
-  **PSICARE**
-  **FISIOTERAPIA RJ LTDA**
-  **CRECHE AMANHECENDO**
-  **CRECHE ESCOLA RECRIAR**
-  **CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS**
-  **ROÇA URBANA ORGÂNICOS**
-  **JC LUZ CORRETORA**
-  **FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL**
-  **BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS**
-  **ESCOLA ALFA**
-  **CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL**
-  **HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR**
-  **MAIS FITNESS ACADEMIA**
-  **CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA**
-  **INSPIRE ENERGIA SOLAR**

## Pressão interrompe projeto contra universidade pública

> PEC sobre cobrança de mensalidades em instituições federais de ensino superior foi retirada provisoriamente da pauta. Parlamentares, docentes e estudantes denunciam gravidade da iniciativa

SILVANA SÁ E ESTELA MAGALHÃES  
comunica@adufjr.org.br

A rápida reação de professores, estudantes e parlamentares contra a PEC 206/2019, que abre caminho para a cobrança de mensali-

dades em universidades públicas, teve sua primeira vitória. A discussão, que chegou a entrar na pauta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, na quarta-feira (25), foi adiada com compromisso de realização de audiências públicas prévias sobre o tema. O projeto é assinado pelo deputado federal Kim Kataguirí (União-SP), atual presidente da Comissão de Educação. Kataguirí deu parecer favorável ao pagamento das mensalidades, mas uma licença médica o afastou de Brasília nos últimos dias, o que contribuiu para o adiamento da matéria.

No texto, autor e relator defendem que a cobrança de mensalidades seja aplicada a todos os estudantes, exceto aos “comprovadamente carentes”. A justificativa ataca o Artigo 206 da Constituição Federal.

Para o professor Luigi Bonizzato, da Faculdade Nacional de Direito, a PEC é inconstitucional porque altera um direito fundamental protegido pela Constituição: a educação. “Ele é entendido pelo legislador constituinte como um direito de todos e um dever do Estado”, diz. O docente explica que as chamadas cláusulas pétreas, que não podem ser modificadas pelo legislador, só podem ser alteradas no sentido da ampliação de direitos. “Se hoje temos a garantia de um ensino público gratuito de qualidade disponibilizado à população pelas universidades públicas, e se é pra fazer pagar o que é gratuito, isso não é acrescentar um direito. E, sim, diminuir. Isso é afrontar um direito fundamental do Brasil que é petrificado pela própria Constituição”, completa.

A reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, também é contrária à medida. “É uma proposta absurda”, critica. “As universidades públicas são instituições do Estado brasileiro, responsáveis pela formação dos melhores profissionais do país e geração de conhecimento”, afirma.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

MOBILIZAÇÃO estudantes, professores e grupos em defesa da educação protestaram na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

“A primeira coisa que precisa ser desconstruída é esta tese de que as universidades ainda são espaços elitistas”

MARCUS DAVID  
Presidente da Andifes

Um dos argumentos da PEC, o financiamento, é outro equívoco, para a reitora. Para ela, o pagamento de mensalidades não garantiria o funcionamento das instituições. “Não seria suficiente para garantir e manter o modelo de universidade que defendemos, com carreira dos servidores em dedicação exclusiva e laboratórios de pesquisa em pleno funcionamento”, avalia.

## MAIORIA NÃO PODERIA PAGAR

“A primeira coisa que precisa ser desconstruída é esta tese de que as universidades ainda são espaços elitistas”, afirma o pre-

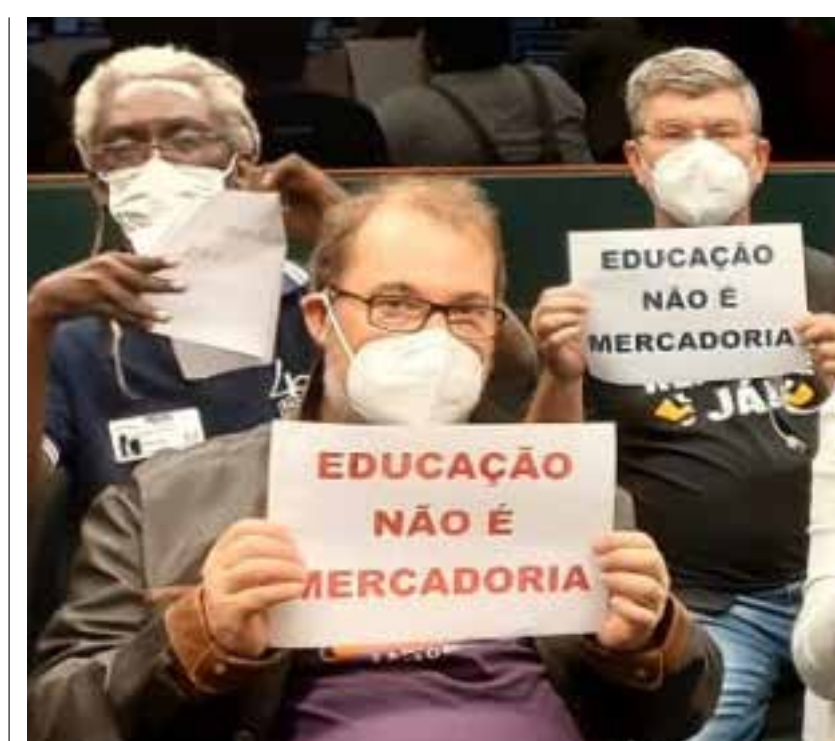
sidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), professor Marcus David. “Em função das várias políticas públicas, como cotas e interiorização, nós mudamos o perfil dos estudantes”, explica.

O último levantamento da Andifes, de 2018, revelou que 53,5% dos graduandos das instituições federais brasileiras estavam na faixa de renda mensal familiar per capita de até 1 salário mínimo. E mais de 70% estavam na faixa de renda mensal familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. Na UFRJ, mais de 30% dos estudantes têm renda familiar menor ou igual a 1,5 salário mínimo. Os números mostram que o pagamento de mensalidades não seria uma realidade para a maioria dos estudantes.

O professor critica a falta de lógica econômica da proposta. “A educação superior de qualidade é muito cara. Por isso, os cursos particulares de qualidade apresentam mensalidades tão elevadas. Isso é fora da realidade, inclusive, da classe média no Brasil”.

Marcus David também avalia que existe uma concepção equivocada por trás da atual proposta. “O sistema universitário público não tem o aluno como cliente. O sistema é criado pensando a sociedade como beneficiária. Nós formamos alunos para melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo”, completa.

Integrante da Comissão de Educação da Câmara, o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) acredita que a PEC deve voltar à discussão na CCJ



PRESSÃO garantiu rodada de audiências públicas sobre o tema

nas próximas duas semanas. “É preciso ampla mobilização e pressão sobre o presidente da comissão (deputado Arthur Oliveira Maia - União-BA), que tem a prerrogativa de pautar ou não as matérias”, defende. Ele considera “precário” o adiamento desta semana. “Precisamos destacar que ela não foi definitivamente retirada da pauta”.

O DCE Mário Prata também é contra a PEC e convocou uma assembleia estudantil no dia 31 para debater o assunto. “Não à toa, essa proposta vem após um longo processo de desmonte das universidades, após cortes bilionários, após uma série de políticas para fragilizar e precarizar a estrutura”, diz a estudante Júlia Vilhena. “A gente luta pela ampliação do acesso à universidade pública, inclusive para que essas desigualdades sociais que hoje ainda existem no acesso ao

ensino superior sejam supridas por outras medidas”, completa.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres destaca que a PEC acaba com a isonomia entre os estudantes. “Teríamos duas classes de alunos na universidade: os clientes, que iam pagar, e os assistidos. Aconteceria uma diferenciação que não seria saudável entre os alunos”, alega o professor.

Apesar do adiamento da votação, Torres acredita ser necessária uma maior articulação da sociedade contra a cobrança. “Se essa PEC for para frente vamos ter que nos articular de um jeito mais incisivo, porque uma das questões importantes da universidade pública é esse caráter onde ninguém é cliente”, diz. “Aqui, todo mundo tem o mesmo status, sem relação privilegiada”.

(Colaborou Kelvin Melo)



# Exoneração na UFC provoca mobilização contra censura

> Professor Nonato Lima foi afastado da direção da Rádio Universitária FM por resistir a ataques de gestores bolsonaristas à programação da emissora. Episódio reacende chama da resistência

BEATRIZ COUTINHO, ESTELA MAGALHÃES E LUCAS ABREU  
comunica@adufjr.org.br

A história do governo Bolsonaro pode ser contada a partir dos ataques desferidos contra a Ciência e as universidades brasileiras. Mas, para cada ataque, houve resistência. A investida mais recente foi a exoneração — no último dia 16 — do professor Nonato Lima da direção da Rádio Universitária FM, da Universidade Federal do Ceará (UFC). E não ficou sem resposta. Entidades de todo o país, desde a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) até o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC), manifestaram apoio ao professor, que também recebeu a solidariedade de toda a comunidade acadêmica da UFC.

De acordo com o professor, havia um clima de censura imposto ao seu programa, o “Rádio Livre”, pelo presidente da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), gestora da rádio, Francisco de Paula Brandão, que foi nomeado para o cargo pelo interventor da UFC, Cândido Albuquerque. Em 2019, apesar de ter recebido apenas 4,6% dos votos e ficado em último na lista tríplice para a cadeira de reitor, Albuquerque, que é advogado criminalista, foi nomeado por Jair Bolsonaro.

Nonato estava no cargo desde 2007, e apresentava o programa há 26 anos. Logo no começo da gestão de Francisco de Paula Brandão, em novembro, ele percebeu que enfrentaria problemas com o nomeado pelo interventor. Na primeira reunião, segundo o professor, Brandão fez críticas ao programa e à programação musical da rádio. “Ele me chamou para dizer que meu programa era incompatível com a programação e que a rádio tocava muita música de macumba, o que eu reachei na mesma hora”, contou Nonato. No mês passado, em nova reunião, Brandão subiu o tom dos ataques e tentou interferir no conteúdo do programa e na programação da rádio.

No último dia 16, Nonato esteve no gabinete do reitor para ser exonerado. Segundo ele, na ocasião, o interventor Cândido Albuquerque disse que substituir gestores “é republicano”. “Eu não tinha problema em deixar a direção da rádio, mas eu não fui exonerado por motivos



ATO em solidariedade ao professor Nonato Lima, contra a censura e em defesa da democracia e da comunicação pública reuniu a comunidade da UFC

republicanos. Eu fui tirado da rádio para que ela seja censurada”, disse Nonato. Dois dias depois da exoneração, o programa “Rádio Livre” foi tirado da grade da emissora.

“Meu programa era um espaço para receber discursos que não circulam na mídia tradicional, como o de sindicatos e movimentos sociais. Mas também fazíamos divulgação científica, campanhas de informação aos consumidores. Claramente não era um programa bolsonarista”, explicou o professor. Ele não se furtava a ter, na pauta do programa, notícias sobre atitudes antidemocráticas do presidente Bolsonaro ou do governo. “Estou na rádio desde a sua fundação, em 1981, quando eu ainda era estudante da UFC. É a primeira vez na história que a Fundação interferiu na programação da rádio”, desabafou.

Em nota, a ADUFC defendeu o professor e criticou a censura imposta à rádio, lembrando que a intimidação tem sido um expediente comum na UFC desde que Cândido Albuquerque assumiu a reitoria. “Os ataques e as práticas de silenciamento no caso da RUFM se somam a outros que temos vivenciado na UFC, seja por meio de processos administrativos, perseguição política a docentes e discentes, notas desinformativas, uso personalista da comunicação oficial e demais expedientes anti-

democráticos useiros e vezeiros na administração superior sob intervenção”, diz a nota.

Na última quarta-feira (25), foi realizado um ato em frente à Rádio Universitária em defesa da democracia e da comunicação pública, e denunciando a censura no veículo. O ato contou com a participação de professores, técnicos e estudantes. O próprio Nonato, presente à manifestação, explicou o que estava acontecendo ali. “Não se trata do meu retorno à rádio. Este movimento é para defender a instituição da censura que se instaurou sobre ela”.

## INTIMIDAÇÃO BOLSONARISTA

Outro caso notório de ataque e resistência aconteceu na Universidade de São Paulo (USP). O procurador-geral da República, Augusto Aras, processou Conrado Hübner Mendes, professor da universidade, por crimes de calúnia, injúria e difamação, em maio de 2021. A reclamação foi sobre tweets do professor de Direito e colunista da Folha de S. Paulo em crítica à atuação de Aras em seu cargo público, mas a queixa-crime foi rejeitada, sob a justificativa de que as expressões usadas não eram lesivas. O PGR também pediu que a Comissão de Ética da instituição investigasse o professor, mas teve seu pedido recusado.

Hübner Mendes sustentou que o processo é parte de uma

estratégia de intimidação com o objetivo de silenciar a comunidade acadêmica a partir do medo. “Eu recebi muito apoio de entidades da sociedade civil, da comunidade acadêmica brasileira e internacional, e esse tipo de construção de redes de resistência é muito importante na defesa de liberdades em geral e certamente também é no campo da liberdade acadêmica”, explicou.

O professor ainda destacou a importância da ação coletiva na defesa da liberdade no contexto do ensino superior. “É muito fácil perceber quando cortes arbitrários, seletivos e numa proporção que não é justificável mesmo diante de uma crise econômica, são produto de perseguição propriamente dita. É preciso ter clareza de que a essa ameaça não se reage sozinho por um heroísmo individual”, ponderou.

Para o professor Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foi “terrível” o ataque do presidente Jair Bolsonaro contra a credibilidade de sua pesquisa. Em 2019, Galvão apresentou ao presidente dados parciais sobre o desmatamento da Amazônia. Bolsonaro afirmou que eram falsos. Apesar de não esperar um período pacífico, Galvão se chocou com os ataques pessoais vindos do governo. “Desde que o governo Bolsonaro assumiu, Ricardo Salles (ex-ministro do

Meio Ambiente), principalmente, fazia ataques e tinha dificuldades de relacionamento com o Inpe. Havia setores do governo que tinham interesse em colocar uma direção militar. Eu sabia disso, mas não oficialmente”.

A resistência de Galvão levou à sua exoneração do cargo de diretor, mas sua integridade permaneceu intacta. O apoio ao professor e ao Inpe se alastrou pelas mais diversas entidades acadêmicas e científicas do mundo. Após a demissão, Galvão deu mais de 200 palestras. Questionado sobre como continuar firme frente aos ataques, o professor explicou que não há muitas ferramentas, mas aponta duas essenciais: manifestar-se publicamente, “o mais forte possível”, e diretamente ao governo.

As novas gerações, Galvão pede que não percam as esperanças e que continuem lutando. “Uma resiliência inteligente: saber se organizar e atuar de forma positiva, construtiva”, completou. Para a sociedade, em ano eleitoral, o professor foi conciso. Nenhum cidadão brasileiro pode votar em políticos negacionistas. “Temos que nos conscientizar que o desenvolvimento sustentável e socialmente justo do país, neste século, vai depender de políticas públicas fortemente embasadas na Ciência e na Tecnologia”, completou.



# Frota de ônibus 100% não poluente é sonho de Maricá

> Prefeitura da cidade fluminense investe R\$ 11,5 milhões em parceria com a Coppe para alcançar a meta até 2038. Protótipo híbrido elétrico-etanol feito na UFRJ foi apresentado nesta quinta-feira

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufjr.org.br

A meta é tão louvável quanto ambiciosa: ter 100% da frota municipal composta por ônibus não poluentes e elétricos até 2038. E um passo importante dessa longa caminhada foi dado na manhã desta quinta-feira (26), quando a Coppe/UFRJ e a Prefeitura de Maricá apresentaram um protótipo de ônibus híbrido elétrico-etanol que começará a circular, em fase de testes, pela cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O protótipo desenvolvido pela Coppe vai contribuir para a transição energética da frota da Empresa Pública de Transportes (EPT) de Maricá dos combustíveis fósseis para combustíveis de tecnologia limpa e sustentável.

A parceria entre a Coppe e a Prefeitura de Maricá envolve mais dois protótipos: um híbrido elétrico-hidrogênio e um 100% elétrico. Aos poucos, eles entrarão em operação para renovar a frota dos 125 ônibus Tarifa Zero, que circulam gratuitamente por Maricá em 36 linhas. Os protótipos vêm sendo desenvolvidos no Laboratório de Hidrogênio da Coppe, sob coordenação do professor Paulo Emílio de Miranda, e ficarão em testes durante dois anos. A Prefeitura de Maricá investiu R\$ 11,5 milhões no projeto, com recursos provenientes de royalties do petróleo. E espera, num futuro próximo, produzir os ônibus em uma planta industrial na própria cidade.

O professor Paulo Emílio de Miranda vê a concretização da parceria como a “realização de um sonho”. “Uma fase muito difícil de um desenvolvimento tecnológico de base científica é fazer a transição dos trabalhos em laboratório para o uso real na sociedade. No caso dos ônibus, isso envolve testes com transporte de pessoas no município, o que requer o desenvol-

vimento prévio de sistemas não mais laboratoriais, mas de protótipo em versão pré-comercial, usando dispositivos que poderão ser produzidos industrialmente. Eu diria que é a realização de um sonho o que o município nos proporciona, nos dá a perspectiva de realizar essa transposição do trabalho científico-tecnológico realizado na UFRJ, no produtivo ambiente da Coppe, para uso inicial em Maricá, com grandes benefícios ambientais e sociais”, avalia Paulo Emílio.

## SIMBOLISMO

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico de Maricá, Igor Sardinha, a parceria com a Coppe pode render frutos



“Há uma simbologia forte em nós utilizarmos recursos de royalties de uma matriz energética poluente para pesquisa e inovação de uma matriz não poluente”

IGOR SARDINHA  
Secretário de Desenvolvimento Econômico

mesmo após os dois anos de testes dos protótipos. O contrato de encomenda tecnológica prevê não só a conclusão das pesquisas em desenvolvimento no Laboratório de Hidrogênio, mas também a obtenção da patente do projeto. Com isso, a ideia é construir uma fábrica de ônibus elétricos na cidade, provavelmente na região de Ponta Negra, para suprir a demanda da EPT e para atender a novos mercados.

“Esse contrato assinado com a UFRJ é uma oportunidade fantástica para Maricá. Há uma simbologia forte em nós utilizarmos recursos de royalties oriundos de uma matriz energética poluente para pesquisa e inovação de uma matriz não poluente. A ideia é contribuir com a universidade para que todo esse trabalho que vem sendo feito há alguns anos seja concluído e que a gente, ao final, possa bater no peito e dizer que temos ônibus não poluentes com tecnologia nacional rodando pela cidade”, comemora o secretário.

Historicamente classificada como uma cidade-dormitório, sem arranjos produtivos consolidados e com pouca geração de empregos, Maricá vem mudando seu perfil econômico de alguns anos para cá, sobretudo a partir das somas de royalties recebidos pela produção de petróleo no pré-sal na sua costa. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Maricá foi o município que mais arrecadou com royalties do petróleo no país em 2021, com R\$ 1,3 bilhão. Só de janeiro a abril deste ano, ainda de acordo com a ANP, Maricá já recebeu R\$ 707 milhões em royalties.

“Com essa mudança de perfil, a cidade vem traçando uma estratégia de desenvolvimento que a faça, em médio e longo prazos, ter uma estrutura econômica com a qual ela não mais dependa dos royalties do petróleo. E essa parceria com a UFRJ se enquadra nessa estratégia. Não é uma ação simplesmente ambiental. É uma ação de desenvolvimento econômico a partir da inovação e a industrialização.



“Eu diria que é a realização de um sonho o que o município nos proporciona, nos dá a perspectiva de realizar essa transposição do trabalho científico-tecnológico realizado na UFRJ”

PAULO EMÍLIO DE MIRANDA  
Professor da Coppe/UFRJ

Da compra pública de ônibus para nossa frota local, temos a expectativa de produzir em Maricá os nossos próprios ônibus e para outros municípios e empresas, gerando aqui emprego e renda”, prevê Igor Sardinha.

O secretário acredita também que o projeto pode possibilitar o desenvolvimento de um polo de pesquisa e inovação no município, por meio do fortalecimento do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), que integra a parceria com a Coppe.





FOTOS: REPRODUÇÃO INTERNET

# Professores analisam massacre na Vila Cruzeiro

> Um ano depois da maior chacina do Rio de Janeiro, moradores de complexo de favelas da Zona Norte da cidade vivem de novo momentos de dor e terror. Foram 23 exterminados pela polícia

DA REDAÇÃO  
comunica@adufrj.org.br

Em 4h da manhã de 24 de maio, quando o silêncio da madrugada foi rompido pela violência. Moradores da Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, foram acordados no susto, temendo por suas vidas, de suas crianças, de seus pais, amigos, amores. Mais uma vez, cidadãos que residem em favelas do Rio de Janeiro tiveram direitos básicos negados. A segunda maior chacina do estado matou 23 pessoas, durou 12 horas e aconteceu um ano depois da mais letal da história, com 25 mortos, no Jacarezinho. Testemunhas viram marcas de tortura em muitos corpos, e ferimentos de faca, práticas conhecidas do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, o BOPE, um dos agentes da ação. A Polícia Rodoviária Federal também atuou. Ninguém sabe a razão.

A comunidade tem uma Unidade de Polícia Pacificadora, cujo comando foi trocado seis dias antes da operação. No dia da chacina, a Polícia Militar substituiu 96 agentes da UPP. As coincidências dão uma pista de que essas chacinas não acontecem por acaso. “Infelizmente, há um segmento pequeno da sociedade que apoia esse tipo de ação. É o mesmo segmento que votou no atual presidente da República”, analisa o professor Michel Misse, do IFCS, um dos maiores especialistas em segurança pública do Brasil. “Esse setor da sociedade dá respaldo a esse tipo de policiais, que eu considero criminosos”, critica.

“Políticas públicas, via de regra, devem se assentar num diagnóstico feito a partir de dados e evidências, têm que estabelecer objetivos e devem ser avaliadas no curso de suas ações para eventuais correções”, pondera o professor Daniel Hirata, do Departamento de Sociologia da UFF. “Uma série de pré-requisitos básicos não faz parte

do léxico das ações da área de segurança no Rio de Janeiro já há algum tempo”, critica.

Hirata é um dos pesquisadores que assinam uma análise sobre as chacinas do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 e 2021. Os números são alarmantes: 593 operações policiais no período resultaram em chacinas com 2.374 mortes. “A letalidade policial já vinha aumentando no Rio desde 2014. Quando inicia o governo Witzel, do ‘tiro na cabecinha’, há um aumento muito grande”, avalia o pesquisador. “[Houve] uma leve queda em 2020 por conta da ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) das favelas, que restringiu as operações policiais na pandemia”, conta. “Mas quando o governador Cláudio Castro assume, ainda interinamente, nós começamos a observar um desrespeito à decisão do STF, um aumento das operações policiais, da letalidade policial e das chacinas”.

Para o docente, o aumento dos assassinatos se deve à falta de controle democrático nas ações policiais. “A atividade policial tem que ser exercida nos limites estritos da Lei e dos seus marcos normativos. O uso ilimitado da força e a disposição ilimitada sobre a vida são próprios dos regimes autoritários”, garante. “Não temos pena de morte estabelecida em Lei, e mesmo se ela existisse no Brasil, não caberia às forças policiais fazer o julgamento e execução da sentença”.

“Infelizmente, há um segmento pequeno da sociedade que apoia esse tipo de ação. É o mesmo segmento que votou no atual presidente da República”

MICHEL MISSE  
PROFESSOR DO IFCS



Ativistas de Direitos Humanos condenaram a chacina. Em nota, o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos repudiou a violência da ação. “É inaceitável que, em um regime democrático, uma ação oficial do Estado resulte em um número tão elevado de vítimas letais e tantas violações de direitos humanos”. O documento ainda denuncia a “política” que “sob a falácia da guerra às drogas” segue como “um dos principais agentes da morte da população preta, pobre e favelada” no estado.

A CDH da Alerj também acompanha o caso. “Oferecemos todo o suporte possível às famílias. Também faz parte desse atendimento buscar, na esfera institucional, respostas sobre as motivações e o planejamento da ação que resultou nessa tragédia”, declara a deputada estadual Dani Monteiro, presidente da comissão. “As mortes na Vila Cruzeiro ocorreram quando ainda tentamos esclarecer episódios igualmente violentos e traumáticos, como a chacina do Jacarezinho, em maio de 2021”.

## DEPOIMENTO

“Aquele tiro poderia ter me acertado”

THAINÁ MEDEIROS,  
39 anos. Assessor parlamentar e ativista

“Sou nascido na Vila Cruzeiro. Conheço bem a região. Fui representar o mandato da deputada Renata Souza e estava lá também pelo Coletivo Papo Reto, porque fazemos esse tipo de acompanhamento e atendimento das famílias para tentar garantir o mínimo de direitos humanos nesse tipo de situação. Estava na região da Vacaria. Tinha um corpo ali. Ele estava com marcas, aparentemente, de tortura, com um pó muito branco na cara. Os moradores disseram que a polícia o fez comer cocaína. A morte supostamente foi por faca. Estávamos querendo ver se alguém chegava ali. Da família, para encontrar o corpo, mas também outras pessoas, porque poderiam

desfazer a cena (do crime). Era por volta das 11h, a operação tinha começado pelas 4h. De repente, começou um baita tiro. Nosso lado começou a ser alvejado, e nós nos escondemos. Depois passaram os caras do Bope e começaram a provocar. Começou um bate-boca entre eles e uma menina, mas alguém a afastou dali e os soldados do Bope sumiram. Então, um voltou e deu um tiro na nossa direção. Passou a coisa de um metro de mim. O soldado que atirou foi embora normalmente. A ideia era só nos intimidar. Se eu estivesse um passo para o lado, teria sido acertado. Foi pura e clara demonstração de poder e de desprezo com a vida. Aquele tiro na nossa direção, que poderia ter acertado qualquer um ali, para ele não foi nada.”

# “Eleição de 22 será a mais importante de nossas vidas”

> Em evento organizado pela AdUFRJ e pela APG, deputado federal Marcelo Freixo (PSB) cita frase de líder camponesa para inspirar militância durante a campanha: “Medo nós tem, mas não usa”

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

“Esta é a eleição mais importante das nossas vidas. Se vamos ter eleição democrática daqui para frente, se vamos ter universidade com recurso, se vamos ter universidade que possa sonhar, tudo vai passar por esta eleição de 22”, disse o deputado federal Marcelo Freixo (PSB) a centenas de estudantes, professores e técnicos da UFRJ, na segunda-feira (23). No hall do auditório do Centro de Tecnologia, o pré-candidato ao governo do Rio foi o convidado especial da abertura de um ciclo de debates organizado pela AdUFRJ e pela Associação dos Pós-graduandos sobre o papel da educação e da ciência na reconstrução do estado.

Para mudar a situação do Rio e do país, Freixo enfatizou que o momento exige coragem. Como exemplo, citou Margarida Alves, uma das maiores líderes camponesas da história do Brasil, assassinada em 1983. Uma vez, contou o parlamentar, perguntaram se ela não tinha medo dos seus inimigos. “Ela disse: ‘medo nós tem, mas não usa’. É um pouco isso”, afirmou. “O Brasil não suporta mais quatro anos de fascismo. O Rio não aguenta mais quatro anos com Cláudio Castro. O Brasil não aguenta mais quatro anos com Bolsonaro. Eles não têm só uma aliança. Isso é um projeto de sociedade miliciana”, completou.

“Filho” da escola pública e professor de História por mais de 20 anos, Freixo deixou claro que a educação será uma prioridade de seu mandato, se vencer as eleições. Mas o desafio será grande diante do que chamou de maior crise de aprendizagem de todos os tempos, no pós-pandemia.



FOTOS: FERNANDO SOUZA

FAZ O “L” No encerramento do evento, debatedores expressam apoio a Lula para a disputa presidencial

“Tenho certeza de que precisamos ganhar o Rio para fazer com que a educação seja algo revolucionário. Seja o que for o nosso governo, no final tem que ter passado a seguinte mensagem: esse foi o governo da Educação do Rio. O resto a gente conquista depois”.

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, a professora Tatiana Roque lembrou que a universidade pública já passou por uma revolução nos últimos anos. “Entre nessa universidade como professora em 1996. Se a gente olhar para o perfil dos estudantes naquela época e agora, o que aconteceu foi uma revolução”, disse. “Hoje, uma das nossas primeiras tarefas é expandir essa política de democratização, interiorização, com cotas para negros e indígenas”, completou.

## ESVAZIAMENTO ECONÔMICO DO RIO

Ao lado de Freixo, o deputado estadual André Ceciliano (PT), presidente da Assembleia Legislativa, chamou atenção para o esvaziamento econômico do



EDUCAÇÃO Marcelo Freixo diz que área terá prioridade em seu mandato

Rio nas últimas décadas. “O Rio, que já foi o segundo PIB do Brasil, não é mais. O Rio perdeu sede de empresas, perdeu bolsa de valores. O Rio é o sexto estado em empregos na área da indústria. E estamos perdendo o sexto lugar para Goiás”, contou. Pré-candidato ao Senado, Ceciliano acredita que a ciência pode apontar uma saída para a crise fluminense. “Temos a Fio-cruz, os institutos federais, as universidades federais. Precisamos utilizar esse conhecimento,

colocar em prática”.

O valor da educação recebida na universidade é bem conhecido por Dani Balbi, doutora em Ciência da Literatura pela UFRJ e presidente da Fundação Mauricio Grabois. “Eu nasci na universidade. Minha mãe é funcionária do hospital universitário desde 1979. Ingressei na Faculdade de Letras, onde cursei graduação, mestrado e doutorado. Tornei-me professora substituta da ECO. Sou uma mulher transexual, negra, de

grande plano de educação para o estado do Rio. O percentual de alunos de até 19 anos que conclui o ensino médio hoje é só de 64%. É muito pouco. A pandemia nos fez perder muitos alunos. Temos que recuperar isso.

■ E a sensação de voltar a debater na universidade?

origem periférica, que acessou os bancos da universidade”, afirmou. “É muito caro para nós falar de desenvolvimento, de educação, de ciência e tecnologia. Este ano é um ano de dizer não ao retrocesso”.

Além de barrar retrocessos, os pós-graduandos querem conquistar avanços, ainda em 2022. Natália Trindade, coordenadora da Associação de Pós-graduandos da UFRJ, espera aprovar a obrigatoriedade de cotas em todos os programas de pós da universidade. “A gente sabe a diferença que a política de cotas (na graduação) fez em todas as universidades”, disse.

## SUCESSO NA ABERTURA

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres considerou um sucesso o início da troca de ideias com lideranças políticas, acadêmicas e sociais do estado. “Estava muito cheio e atraiu um público amplo. Não havia só militância”, comemorou. “A AdUFRJ, como uma associação de professores, faz política. E fazer política hoje é lutar contra a ruptura da ordem democrática, contra a possibilidade de que o gabinete do ódio tome conta de vez do Brasil. E não há nada mais distante deste esgotamento que é o bolsonarismo do que a universidade pública”, destacou.

“Um ato político fundamental hoje é fomentar a discussão política de alto nível, cultivar o espírito crítico. O papel da AdUFRJ é atuar junto às demais forças progressistas e sindicais, somando esforços com partidos e movimentos sociais engajados na luta por um novo Brasil”.

No próximo dia 30, ao meio-dia, na sala 212 do bloco E do CT, o ciclo de debates continua com o deputado federal Alesandro Molon (PSB), pré-candidato ao Senado. O professor Eduardo Serra, da Escola Politécnica, pré-candidato do PCB ao governo do Rio, será o convidado no dia 6.

## ENTREVISTA | MARCELO FREIXO, PRÉ-CANDIDATO AO GOVERNO DO RIO

### “TEMOS QUE GARANTIR RECURSOS PARA A FAPERJ”

● **Jornal da AdUFRJ - Quais seus planos para a Faperj?**

■ **Marcelo Freixo** - Tenho falado muito o quanto é fundamental todo o processo de pesquisa, de produção de conhecimento, de Ciência, de tecnologia, de extensão. Temos uma malha universitária no Rio de Janeiro que, pelo tamanho do estado,

é um privilégio. A gente precisa criar uma outra governança no Rio de Janeiro, uma governança em cima de inteligência. A Faperj é decisiva para isso. Temos que garantir recursos para a Faperj.

● **Qual sua estratégia para as universidades do Rio, não só as estaduais?**

■ **Pensar polos de desenvolvimento, vocações regionais.** A universidade pode fazer o diagnóstico de cada região. E falei hoje aqui dessa ideia de uma residência pedagógica. De pegar os estudantes de todos os cursos de licenciatura. Colocá-los dentro da rede estadual de educação. Chamar todos os prefeitos e fazer um

■ **Muito bacana voltar à universidade, encontrar esses olhos dos jovens brilhando. Fico sempre imaginando qual a história de cada um deles para conseguir chegar a uma universidade pública, o quanto de superação tem ali. E é disso que o Rio precisa: dessas superações todas que marcam o povo do Rio.**



# APOSENTADO: COMPAREÇA PARA GANHAR GRATIFICAÇÃO

Boa notícia para os professores sindicalizados que aposentaram até junho de 2007. É preciso checar listagem disponível no site da AdUFRJ e assinar procuração na sede do sindicato até o dia 15 de junho

KELVIN MELO

kelvin@adufrj.org.br

Uma disputa judicial de quase 18 anos chegou ao fim, com desfecho favorável aos professores. Todos os sindicalizados à AdUFRJ que se aposentaram até junho de 2007 podem ter direito a valores da extinta Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que não foram pagos corretamente à época, com juros e correção monetária desde então.

O problema começou quando o governo baixou uma medida provisória em 2004, depois transformada em lei, que reduziu a pontuação da GED para os aposentados. Eles passaram a receber o equivalente a 91 pontos, enquanto os ativos ganhavam por 140 pontos. Os valores eram variáveis, de acordo com a posição do docente na carreira. “A AdUFRJ impetrou mandado de segurança coletivo pela isonomia. E ganhamos a ação em 2005. Mas todos só passaram a receber os valores corretos a partir de junho de



ARTE: HIPPERTT

2007, após alguns recursos feitos pela universidade”, explica Bruno Moreno, assessor jurídico do sindicato. A UFRJ implementou a complementação nos contracheques sob a rubrica “10289 decisao judicial n tran jug ap”. “Mas ficaram pendentes as diferenças que não foram pagas corretamente, para trás”, completa Bruno.

Somente esta semana, o sindicato conseguiu judicialmente os documentos necessários para o cumprimento da sentença e execução do que foi julgado. E agora é preciso correr para evitar uma possível prescrição da execução da sentença. A universidade forneceu uma listagem dos docentes que já eram aposentados em junho de

2007, não estavam recebendo a GED corretamente e tiveram a implementação da diferença devida no referido mês. Esta listagem — que ficará disponível no site do sindicato — aparentemente contém todos os que têm parcelas da GED atrasadas para receber ainda. Mas o jurídico ainda precisa calcular o período que o professor ficou sem o

valor correto (desde dezembro de 2004 ou a partir da aposentadoria, se posterior a este mês e anterior a junho de 2007) e acrescentar os juros e correção.

Todos os sindicalizados da listagem divulgada, interessados em receber os atrasados, devem comparecer à sede da AdUFRJ, impreterivelmente até o dia 15 de junho, para assinar procuração da execução individual da ação. Os docentes deverão levar cópia de documento de identidade com foto, CPF e comprovante de residência (luz, água, gás ou telefone fixo).

## DOCENTES FORA DA LISTAGEM

Com relação aos docentes sindicalizados que se aposentaram após o ingresso da ação — em dezembro de 2004 — e não estejam na listagem divulgada, é importante verificar se, logo após a aposentadoria, o valor da GED foi reduzido em seus contracheques/fichas financeiras. A conferência pode ser feita através do aplicativo souGov.br.

Da mesma forma, se em junho de 2007 (caso a aposentadoria tenha ocorrido antes), cabe verificar se foi acrescentado algum novo valor em seus contracheques/fichas financeiras sob a rubrica “10289 decisao judicial n tran jug ap”.

Em análises por amostragem, o setor jurídico não viu problemas nos casos de docentes que se aposentaram após junho de 2005 e, especialmente, após junho de 2007. Mas é importante fazer a checagem nos contracheques/fichas financeiras.

# AdUFRJ

PROFESSORES DA UFRJ

convida para o debate



**dia 30/05, 12h, Fundão**  
Auditório do Bloco E-212 do Centro de Tecnologia

## Ciência e Tecnologia

para a reconstrução do Rio de Janeiro

com o deputado federal

# MOLO